

A eleição à Pacuvius Calavius

Será um erro grave o Senado curvar-se à tirania das minorias

Claudio Lachini



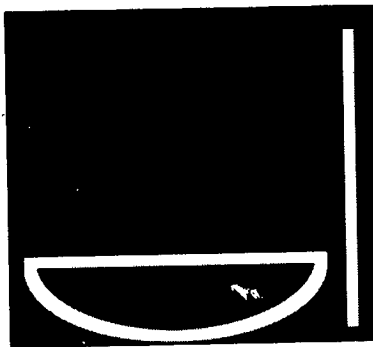
Pacuvius Calavius, personalidade de grande autoridade na cidade de Cápua (principado medieval italiano)

e exemplo citado pelo filósofo Michel Eyquem Montaigne (século XVI), considerado o iniciador do pensamento moderno, poderia ser invocado para dirimir a questão da eleição do Senado da República do Brasil. Um dia, conta Montaigne, esse Pacuvius, que não deve ser confundido com o trágico romano L. Marcus Pacuvius (século II a.C.), prendeu todos os senadores em Palácio, desarmou-os e convocou o povo à praça para a desforra contra os tiranos, seus opressores de tanto tempo. Por ordem de sorteio, cada senador sairia um de cada vez, e aquele que fosse vetado pelos cidadãos seria imediatamente executado, com a condição de se escolher antes o substituto.

Vejam que o exemplo deve ser trabalhado porque, no Brasil, existem leis e ninguém é executado legalmente, embora a pena capital seja aplicada ao deslante das autoridades, incluídos toques de recolher determinados por ofendidos que são, geralmente e ao mesmo tempo, os agressores. São observações desnecessárias pelo conhecimento de todos, mas o território onde habita a treva é privativo da televisão, veículo ideal para a representação do teatro vivo, moda que se insinua definitiva e global.

Então, no território do imaginá-

rio — e usando a competente tradução que Ivone Castilho Benedetti fez de Montaigne em “Sobre a vaidade”, dos Ensaíes, editado pela Martins Fontes em 1998 — sorteou-se o primeiro parlamentar. Apupos. “Estou vendo, disse Pacuvius, que é preciso livrar-se deste: é um perverso, cabe escolher em troca alguém que seja bom”. Silêncio, até que um mais afoito sugeriu um nome. Foi recusado por unanimidade. E assim sucessivamente, conta Montaigne. A multidão cansou-se e começou a se dispersar, “todos levando



na alma a resolução de que o mal mais velho e mais conhecido sempre é mais suportável que o mal recente e não experimentado”.

O sábio francês cita, em seguida, Horácio, transcrito aqui pela tradução do latim da Benedetti: “Ai, nossas cicatrizes, nossos crimes, nossas guerras fratricidas nos envergonham. O que nos poupou esta nossa era cruel? O que deixamos ao abrigo de nossos excessos? O temor dos deuses terá detido as mãos da juventude? Que altares terá ela respeitado? (Odes, I, XXXV, 33)”. Montaigne socorre-se de

Platão para dizer que a conservação do Estado, muitas vezes, supera o entendimento: “É coisa poderosa e de difícil dissolução...”. Ora, nós, a sociedade civil, elegemos esses senhores que aprovam ou reprovam o poder e têm a missão fundamental de combater o arbítrio, as leis injustas, a tirania, os excessos e a ignorância. Em nome do povo.

O colapso da capacidade de governo para enfrentar os desafios da informação — e não do entretenimento, como querem os áulicos do “pão e circo” — está a exigir o fortalecimento das organizações não-



governamentais para que possam influir mais sobre os políticos. Leve-se em conta sua generalidade em certos casos, e sua particularidade em outros, porque será um erro grave perante o futuro Senado curvar-se à “tirania das pequenas minorias”, assim como a dissensão poderá deflagrar a emergência das toupeiras, mamíferos insetívoros que vivem na penumbra, prontas para minar a tênue identidade brasileira, a do feijão e do café. Não terá chegado a hora de buscar um acordo suprapartidário? Sim, porque a parábola de Pacuvius po-

derá nos levar à Assembléia Nacional Constituinte, que o governador de Minas Gerais parece propor como franco atirador, e não é de todo descabida.

Os partidos políticos, no Brasil, nada mais são do que a herança de 1889, quando os desafetos formavam divisões, mas todos abrigados sob o guarda-chuva do Partido Republicano. Há a exceção do PT hoje, como houve no passado as vertentes socialistas, proletárias ou não. A tentativa de criação do Partido Democrático, que significava nas décadas de 20 e 30 alternativa válida às elites do “sim” e do “sim senhor”, foi engolfada pelas ditaduras — a de Getúlio Vargas pelo peso da mão, a dos militares pela ilusão civil do fardamento das mentes. O presidente Fernando Henrique Cardoso disse que tem como missão desmanchar o Estado que encontrou. Mas nem tudo o que balança cai, como escreveu Montaigne — “A estrutura de tão grande corpo só depende de mais um prego. Ele agüenta até mesmo pela antiguidade: como os velhos edifícios, cujas fundações a idade solapou, que não têm reboco nem cimento, mas que vivem e se sustentam com o próprio peso”.

Talvez seja oportuno deixar de lado esse Pacuvius por ora, pelo menos ao fim a que se destina. Mas vale perguntar sobre a obesidade do governo, que tem excesso de peso: como ficará? Será que um Pacuvius contemporâneo poderia substituir a execução pela lipoaspiração? Haja banha, senhoras e senhores! ■

E-mail: clachini@gazetamercantil.com.br